

Agricultura Familiar e Agroecologia: O Desenvolvimento Territorial e a Espacialização Inteligente

Adilson Tadeu Basquerote Silva, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Rosemy da Silva Nascimento, Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Gláucia de Oliveira Assis, Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

RESUMO

A produção agropecuária na agricultura familiar apresenta historicamente um forte desejo de abandono do campo por seus sujeitos e pressupõe que estes, não o veem como um lugar de oportunidades. No Brasil, este processo foi expressivo a partir do seu processo de industrialização, acarretando mudanças nas bases físicas, estruturais, culturais e nos seus valores sociais. No entanto, formas de resistência a esta tendência de abandono das atividades agrícolas de caráter familiar e de perda da identidade e dos conhecimentos de suas populações vêm se destacando, dentre elas, a agroecologia. Neste estudo, objetiva-se analisar nas trajetórias das famílias agricultoras da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF) do município de Atalanta (SC), como que, por meio da agroecologia houve geração de renda, espacialização inteligente, sustentabilidade socioeconômica e ambiental, controle do processo de produção e o desejo de permanecer no campo. Para tal, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa de caráter etnográfico com coleta de dados por meio de observação participante e entrevistas não estruturadas com homens e mulheres, membros da Associação. A análise de dados baseada na Análise do Discurso indicou que a agroecologia no âmbito da APASF é uma fonte segura de renda, de agregação de valor à produção gerando desenvolvimento socioeconômico e que por meio das técnicas utilizadas, ocorre a preservação e recuperação ambiental. Além disso, promoveu espacialização inteligente, à medida que os recursos endógenos do território passaram a ser valorizados e o desejo de migrar para a cidade foi gradativamente abandonado.

Palavras-chave: Agroecologia; Êxodo Rural; Desenvolvimento Socioeconômico.

Introdução

As discussões acerca da agricultura familiar como categoria social no campo político e acadêmico não são recentes, embora sua utilização em substituição a outras denominações ou com significado específico no Brasil seja atual (WANDERLEY, 2001, p. 21-22). Segundo a autora, o termo agricultura familiar sugeria uma forma mais moderna de denominar o agricultor em oposição ao camponês convencional. Neste sentido, em nível nacional internacional¹ adensados estudos foram produzidos visando compreender o processo de formação da agricultura familiar enquanto categoria de análise. Assim, Porto e Siqueira (1994), Brummer (2000) ao refletirem a trajetória teórica do uso dos termos “camponeses”,

“pequena produção” e “agricultura familiar”, aprofundam que seu uso expressa e traduz perspectivas analíticas que remetem a construções diferentes do objeto. Para as autoras a análise da produção, reprodução e transformação da agricultura de base familiar possui dimensões sociais, históricas e políticas.

No Brasil, de acordo com Schneider (2009), no campo político o termo agricultura familiar, legitimou-se a partir dos anos de 1990 quando foi incorporado pelo Estado por meio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, no qual, foram criadas políticas de crédito específicas para este setor. Segundo o autor, no campo acadêmico, o termo agricultura familiar está passando por um processo de evolução e não possui uma definição estabelecida. Para ele, existe uma nova visão da agricultura familiar como forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, na qual o trabalho é composto por explorações onde a família assume importância decisiva.

Assim como a origem, as definições de agricultura familiar, também se apresentam abrangentes e diversificadas. Para Lamarche (1993), a agricultura familiar pauta-se na identidade entre família e exploração, o que significa dizer, que as atividades são realizadas pela e para a família, objetivando sua permanência e seu bem-estar. Na mesma perspectiva, Abramovay (1998) considera três atributos básicos importantes na agricultura familiar: gestão, propriedade e trabalho familiar. Concebe que a gestão da propriedade e a maior parte do trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm, entre si, laços de sangue ou de casamento. Na mesma direção Wanderley (2001) defende que a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção (produzindo para seu consumo e para o mercado), assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Segundo ela, a conjugação dessas duas características, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequência fundamental na forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, Lamarche (1993), alerta que apesar de estarem na mesma categoria, os/as agricultores/as familiares podem apresentar diferenças de infraestrutura, à medida que existem variações em relação ao tamanho da área, às tecnologias aplicadas, aos recursos financeiros empregados, à quantidade produzida, entre outros. Estes condicionantes podem determinar a situação financeira dos/as agricultores/as familiares.

Segundo Schneider (2007) a importância social, política e institucional da agricultura familiar no Brasil pode ser observada por meio de sua contribuição para a alimentação do país. Assim, destaca-se ainda mais a posição de relevância que possui a agricultura familiar, mesmo não tendo a visibilidade que a produção baseada em modelos de grande escala tem

principalmente aquelas direcionadas à exportação. Neste sentido, o trabalho exercido dentro dos empreendimentos familiares é a garantia de um abastecimento interno alinhado às demandas alimentares da população, criando um ambiente propício para a redução da fome e do desenvolvimento e bem-estar no campo. Os dados da Tabela 1 expressam as características dos estabelecimentos agropecuários de acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado no ano de 2006.

Tabela 1: Características dos estabelecimentos agropecuários no Brasil

Características	Agricultura familiar	Percentual	Agricultura não familiar	Percentual
Número de estabelecimentos	4.367.902	84,4	807.587	15,6
Valor produzido pela agropecuária (bilhões R\$)	54,3	38%	89,0	62,0
Área (milhões ha.)	80,25	24,3	249,7	75,70
Mão-de-obra (milhões pessoas)	12,32	74,0	4,25	26,0
Valor da produção (bilhões R\$)	54,4	38,0	80,5	62,0

Fonte: IBGE (2006).

A análise dos dados nos permite concluir que existe no país uma concentração fundiária. Mesmo os estabelecimentos agrícolas familiares representando o maior percentual de propriedades, quando se observa o quanto isso representa em área ocupada evidencia-se que estas representam a menor parcela. O Censo ainda revelou que a área média dos estabelecimentos familiares é 18,4 hectares, em detrimento aos não familiares que corresponde a 309 hectares. Apesar disso, Carneiro (2009) destaca que a agricultura familiar deve ser valorizada como segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, que resulta na fixação de parte da população no campo. Segundo a autora, a agricultura familiar brasileira configura-se como uma importante atividade agrícola, que aquece o mercado interno, gera emprego e renda a milhares de brasileiros, porém as desigualdades regionais e a falta de incentivo ao fortalecimento à agricultura familiar apresentam-se ainda como entraves ao desenvolvimento agrícola brasileiro.

No entanto, os/as agricultores/as familiares do Brasil com menor capacidade de captar recursos financeiros, tecnológicos e intelectuais, acabam sendo excluídos do processo e acumulando perdas significativas na produção e renda familiar. Nesse contexto, Veiga (2001) destaca que:

De um lado estão os adeptos do projeto de maximização da competitividade do agronegócio que lutam pela eliminação do grande contingente de agricultores, principalmente os que possuem menos de 100 hectares. Do outro lado, estão os adeptos do projeto de maximização das oportunidades de desenvolvimento

socioeconômico em todas as regiões brasileiras, que lutam pela expansão e fortalecimento da agricultura familiar [...]

Além da relevância econômica, Schneider (2007) destaca a importância social, política e institucional da agricultura familiar observada por meio de sua contribuição para a alimentação do país. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)² afirma que ela é a responsável pela segurança alimentar do país ao ser representada pelas principais feições produtivas deste setor, conforme destacado na Tabela 2.

Tabela 2 - Importância da agricultura familiar na soberania alimentar do país.

Item	Agricultura Familiar (%)	Agricultura convencional (%)
Mandioca	87	13
Feijão	70	30
Arroz	31	69
Cebola	72	28
Suínos	58	42
Milho	46	24
Trigo	21	79
Algodão	33	67
Banana	58	42
Laranja	27	73
Uva	47	53
Café	38	62
Soja	32	68
Cana de açúcar	10	90
Pecuária de corte	24	76
Aves e ovos	50	50
Bovinocultura de leite	58	42
Valor bruto da produção agropecuária	40	60
Cadeias produtivas representam no PIB	10	90

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011).

A análise dos dados nos permite concluir a importância da agricultura familiar, como produtora de alimentos de subsistência, indispensáveis na alimentação da população. Além disso, Spanevello (2008) destaca que ela também é responsável pela preservação do meio ambiente e manutenção das relações sociais no campo. Nesta direção, Costabeber e Caporal (2003) atestam que ela é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. Ademais, facilita os circuitos curtos de produção, como as feiras livres, pequenas lojas de cooperativas de produtos ou consumidores, mercados institucionais, que apresentam um menor elo de intermediações, por meio de alianças entre produtores e consumidores (Meirelles, 2008).

Considerando-se o abastecimento alimentar, Schneider (2007) destaca a importância da agricultura familiar por desenvolver culturas variadas e que, apesar da pequena escala,

distinguem-se por sua qualidade e por sua característica altamente distribuída. Sua dispersão geográfica aproxima dos consumidores, privilegiando, principalmente, as comunidades mais distantes das grandes cidades e, por consequência, dos grandes centros de distribuição.

A análise do Censo do IBGE do ano de 2006 percebe-se que entre as cinco regiões brasileiras, os agricultores familiares da Região Sul são os que mais se destacam pela sua participação no Valor Bruto da Produção regional. A Tabela 3, apresenta os valores percentuais de cada setor produtivo em relação à produção total.

Tabela 3 - Participação no Valor Bruto da Produção regional da agricultura familiar, na Região Sul do Brasil de acordo com o censo do IBGE de 2006.

Atividade	Valor percentual (%)
Pecuária de corte	35
Pecuária de leite	80
Suínos	69
Aves	61
Banana	83
Café	43
Uva	81
Algodão	59
Cebola	92
Feijão	80
Mandioca	89
Milho	65
Soja e trigo (cada)	49
Fumo	98

Fonte: Guanziroli e Cardim (2000, p. 32).

Como é possível observar, os números da agricultura familiar na Região Sul são positivos, resultando na produção e na disponibilidade de alimento a ser consumido. Nesta região está o Estado de Santa Catarina, que, por suas características históricas, abrange inúmeros agricultores/as familiares. Segundo Abramovay (1998) desde o processo de colonização, a base da produção agrícola catarinense foi pautada na pequena propriedade familiar. Corroborando, Wanderley (2011), Veiga (2004), atestam que mesmo com o intenso processo de migração do campo para a cidade, o Estado permaneceu com uma população dedicada à agricultura vivendo próxima a pequenas cidades, apresentando forte relação rural-urbano. Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, revelou que das 193.668 propriedades agrícolas do Estado, 168 mil foram classificadas como estabelecimentos de caráter familiar, o equivalente a 87% do total. Estes representam 67% do valor bruto de produção dos estabelecimentos agropecuários catarinenses. Deste modo, o Estado aparece como destaque no percentual total de agricultores/as familiares em detrimento a outros Estados. No que tange a sua estrutura fundiária, predominam estabelecimentos de pequenas dimensões, onde 65% das propriedades possuem áreas inferiores a 20 hectares e

69,3 mil estabelecimentos possuem menos de 10 hectares o que corresponde a 36% do total. Neste ano eram 570 mil pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários catarinenses.

Neste cenário, no Estado de Santa Catarina é crescente a parcela de famílias Agricultoras que buscam alternativas produtivas distintas do sistema convencional, baseado nos moldes da Revolução Verde³. Na literatura que trata sobre agroecologia os/as agricultores/as convencionais são aqueles/as:

que aderiram ao modelo produtivista estimulados pelas políticas de modernização da agricultura iniciadas nos anos 1960, conhecida como Revolução Verde. Algumas características dos agricultores convencionais são o uso de insumos industriais, as monoculturas, uniformização genética e, geralmente, a subordinação a uma empresa que comercializa seus produtos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 65).

Entre os sistemas produtivos na agricultura familiar vem se destacando a agroecologia, que para Caporal, Costabeber (2004), é uma junção da ecologia com a agronomia, considerando a necessidade de conservação da biodiversidade ecológica e cultural. Corroborando com os autores, Gliessmann (2001) defende que ela busca desenvolver uma agricultura ambientalmente adequada, que valoriza o conhecimento local dos agricultores/as, a socialização desses conhecimentos e sua aplicabilidade como objetivo comum à sustentabilidade. Na mesma perspectiva Sevilla-Guzmán e Mielgo (2005, p. 11) a definem como:

[...] o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativa ao atual modelo de manejo industrial dos recursos, mediante propostas sugeridas de seu potencial endógeno. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social.

Avançando, Altieri (1989, p. 18), pontua que agroecologia incorpora ideias que vão além das fronteiras convencionais, e

[...] constitui uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas de maneira ampla. Os sistemas produtivos são concebidos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados como um todo [...] a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais.

Neste sentido, considera-se que a agroecologia se aproxima do quarto pilar da Estratégia de Investigação e Inovação Para Uma Espacialização Inteligente (EI&I)⁴ (PORTUGAL, 2014), à medida que baseia-se em princípios da sustentabilidade, em estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis, defende e valoriza os recursos endógenos

diferenciados proporcionando a diversificação e à dinamização do setor agroalimentar e florestal, prima por desenvolvimento rural e territorial com vistas à maior agregação de valor, geração de excedente aos/as pequenos/as produtores/as familiares, com baixos impactos ambientais a partir dos recursos disponíveis em seu próprio território.

Assim, neste estudo, objetiva-se analisar nas trajetórias das famílias agricultoras da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF) do município de Atalanta (SC), Brasil, como que por meio da agroecologia houve geração de renda, espacialização inteligente, sustentabilidade socioeconômica e ambiental, controle do processo de produção e o desejo de permanecer no campo.

Os procedimentos Metodológicos – Conhecendo a Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro.

Localizado na Região do Alto Vale do Itajaí, o município de Atalanta, SC distancia-se aproximadamente 200 km de Florianópolis. De colonização alemã e italiana, é um município essencialmente agrícola e sua estrutura fundiária caracteriza-se pela presença de agricultores/as familiares com propriedades que variam entre 10 e 50 hectares (KRAEMMER, 2000). Nele, em duas comunidades tem início anos de 1990 a Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF)

Apesar da dificuldades encontradas inicialmente, a associação logrou êxito e segundo Basquerote Silva (2013) tornou-se referência na produção de base agroecológica no Alto Vale do Itajaí, SC e para outros/as produtores/as e associações, por apresentar, manter e desenvolver técnicas de cultivos peculiares, integrar-se a um sistema de comercialização competitivo, possuir uma organização interna estruturalmente organizada com marcante presença feminina, contar com uma produção diversificada e permanente, ser referência municipal e regional na produção e difusão do sistema agroecológico.

Atualmente a APASF é composta por 15 membros, sendo oito mulheres e sete homens, distribuídos em sete famílias. Destas, em quatro delas, os filhos migraram ou moram em casa, mas exercem atividades no setor secundário ou terciário, enquanto os pais permanecem sozinhos na atividade agroecológica. Em uma propriedade atuam a mãe viúva, e o filho solteiro; em outra, a mãe e a nora; e em numa última, o casal e dois filhos homens. Os dados evidenciaram que na totalidade, as filhas mulheres migraram da agricultura. A Associação, integrada a Rede de Certificação Ecovida⁵ e realiza uma reunião ordinária sempre na primeira segunda feira do mês de forma itinerante nas propriedades.

Nesse espaço empírico desenvolveu-se um estudo de caso (YIN, 2001), de natureza qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994; ALVES-MAZOTTI, 1998), e de caráter etnográfico (LAPLANTINE, 1993) por apresentar tentativa de compreensão detalhada dos significados e características de situações apresentadas pelo investigador.

Os dados coletados no primeiro semestre de 2015 recorrendo-se a observação participante (HAGETE, 1995) e entrevistas semiestruturadas⁶ (FLICK, 2013) com 11 membros (homens e mulheres) desta Associação. Os registros da observação participante visaram descrever e compreender o que estava ocorrendo em determinadas situações nas propriedades visitadas e reuniões da APASF. Posterior à obtenção dos dados, os mesmos foram analisados utilizando os procedimentos da Análise do Discurso (ORLANDI, 2003) entendida como uma metodologia de análise de dados de informação de natureza qualitativa, que objetiva produzir novas compreensões sobre fenômenos e discursos.

A Agroecologia e as Novas Relações Produtivas na APASF: Resultados e Discussões

Na década de 1990, a agricultura familiar passou por uma crise que gerou uma insatisfação por parte de seus sujeitos em permanecer produzindo e atuando neste seguimento. Schneider (1994) destaca que o êxodo rural iniciado nas décadas anteriores se manteve também neste período. Neste contexto, duas famílias iniciam o cultivo agroecológico com fins comerciais no pequeno município de Atalanta, localizado na região do Alto vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina. O início das atividades foi marcado por incertezas e dificuldades devido a falta de experiência de produzir em escala comercial e os problemas advindos da agricultura convencional. A fala de Sebastião reflete o início das atividades agroecológicas no município

A gente não podia mais manter a produção daquela forma. Eu estava doente, intoxicado dos venenos e desanimado por que as safras só davam prejuízo. A gente só via duas possibilidades: ou mudava a forma de produzir ou ia pra cidade. Daí veio a oportunidade de produzir de outra maneira e resolvemos experimentar a agroecologia e deu muito certo. Hoje estamos felizes e realizados no que fazemos. Não ficamos ricos, mas temos uma vida tranquila. Vendemos tudo o que produzimos e consumimos alimentos de qualidade (Sebastião, 55 anos).

A dúvida em relação a que alternativa seguir também foi partilhada por Elena. Segundo ela, além do desejo de abandonar o campo havia uma angústia de migrar para cidade em busca de algo que talvez eles/as não estivessem preparados. Afinal sabiam era lidar na terra, com os animais de criação. Suas vidas tinham sido construídas sob esta ótica. Era isso

que realmente sabiam fazer. A mudança seja para a agroecologia ou para a cidade gerava incertezas.

A gente trabalhava o ano todo na cebola e não via perspectiva de lucro. Mas eu não queria ir cidade. Conhecemos todo mundo aqui, temos nossas coisas, nossa casa que com suor do trabalho conseguimos adquirir. Mas as safras não davam lucro e a gente estava desanimado. Foi então que surgiu a proposta de produzir na agroecologia e eu disse que essa era nossa chance de mudar de vida, de virar a página. Mas a gente não sabia como ia ser por que era diferente do que produzir na horta que eu já estava acostumada. Eu falei pro Bastião (apelido de seu marido Sebastião), se não der certo, pelo menos pra comer a gente tem. Hoje podemos dizer que estamos muito melhor do a gente pensava. Temos uma renda melhor do que os nossos vizinhos que mudaram pra cidade naquela época. Não ganhamos tanto, mas nossos gastos são pequenos, daí sobra o suficiente pra termos renda e qualidade de vida. Não precisamos migrar e ganhamos nosso dinheiro fazendo o que sabemos e gostamos e morando no nosso lugar. Hoje. Nossa vida é tranquila e sobra tempo pra curtir os netos de vez em quando (Elena, 55 anos).

Os depoimentos de Sebastião e Elena, aproximam-se dos estudos de Davis (1977) ao expressarem a angústia vivenciada por muitos/as agricultores/as em vias de emigração rural divididos entre os atrativos da vida rural (que são fatores de atração) e as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (que são fatores de expulsão). A respeito, Brumer (2007) destaca:

Apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os 'ruralistas' predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração (p.3).

Outra mudança apontada pelos membros da APASF foi à relação entre a produção e a sua comercialização. No sistema convencional de cultivo há uma padronização do processo de produção e os/as agricultores/as não possuíam controle sobre ele. Assim, antes da agroecologia, os produtos eram comercializados por meio de "atravessadores" o que acarretava em perda do poder de barganha em relação aos preços estabelecidos, acarretando em baixa geração de excedente. Esta afirmação vai ao encontro do que expressa Leff (2000) ao defender que concentração do poder econômico e político contribuem para a homogeneização dos modelos produtivos, dos padrões de consumo e dos estilos de vida, transformando as práticas tradicionais de uso dos bens naturais, desestabilizando os processos ecológicos e desintegrando a identidade e solidariedade dos grupos culturais. Assim

O modelo de produção que referencia o agronegócio está fundado no desrespeito à biodiversidade, na destruição do meio ambiente, na deturpação dos preços, na sabotagem das políticas de Reforma Agrária e, conseqüentemente, na desmobilização da sociedade e dos trabalhadores em particular, elementos centrais para a edificação da Soberania Alimentar como referência de outro projeto de sociedade (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 3)

Em relação ao exposto acima, Antônio destaca como a agroecologia proporcionou controle sobre o processo produtivo e maior geração de excedente. A saber:

Antes da agroecologia a gente produzia de acordo com o sistema dizia. A gente só sabia produzir, mas na hora de vender os compradores vinham na propriedade e diziam o quanto queriam pagar e ou a gente aceitava ou deixava a cebola no rancho na maioria das vezes apodrecendo. Além disso, eles carregavam até o depósito e passavam numa máquina e iam separando por tamanho e assim o preço era diferenciado, de acordo com cada tamanho. Hoje não é assim. Nós produzimos e levamos pra vender na feira, diretamente para o consumidor. Além de ser um produto diferenciado, aquela margem de lucro que ficava para o atravessador agora fica pra nós. Sabemos o que produzimos e controlamos também a venda. Além do mais, trabalhamos usando as técnicas que aprendemos com nossos antepassados, onde a natureza está ao nosso favor. Ela nos dá o que precisamos, só temos que aproveitar. Com isso, nossa propriedade melhorou muito, reflorestamos as nascentes de água, não usamos venenos (defensivos sintéticos) não poluímos a terra e a água. Nossa renda melhorou. Até conseguimos fazer melhorias em nossa propriedade e até compramos um carro pra poder fazer a feira e visitar os amigos e parentes (Antônio, 60 anos).

Em concordância com o relato de Antônio, Elza explicita a garantia de renda no sistema agroecológico, o uso de técnicas sustentáveis e o aproveitamento de quase toda a produção.

Antes da agroecologia, a gente plantava tudo com veneno e adubo químico. Hoje usamos o que a natureza nos oferece, adubamos com esterco e com a própria palhada da produção. O solo fica melhor e mais úmido. Não gastamos com irrigação. Não precisamos tirar todo o mato (ervas daninhas) da lavoura, com isso temos menos trabalho e cuidamos do solo. Aproveitamos tudo que produzimos. Antes a gente e não tinha certeza que ia vender e nem a quanto. Hoje sabemos que quase tudo o que produzimos vendemos, por que parte dos nossos clientes na feira são os mesmos toda as semanas. Além disso, o que sobra da feira, transformamos em geleias, compotas e conservas que também são vendidas (Elza, 54 anos).

Os depoimentos evidenciaram também a valorização dos conhecimentos tradicionais e ambientalmente adequados destas famílias que gradativamente vinham sendo desvalorizados pelo modelo que ‘agricultura moderna’. Muitos destes deles eram considerados ultrapassados e foram reatualizados. Governa (2005) e Unesco (2003) e afiançam que há necessidade de estudar, valorizar e ampliar as experiências menos degradantes do ambiente, que contribuam para, pelo menos, conservar a biodiversidade, o patrimônio ecológico e cultural (aqui

entendido como patrimônio territorial da humanidade, conforme argumentam e tentando potencializar a autonomia decisória das famílias e a produção de alimentos sem insumos químicos). Neste sentido, Maria destaca a valorização das técnicas utilizadas por seus antepassados na produção e na sua transformação.

Agora na agroecologia a gente produz fazendo muitas coisas como minha mãe e minha Oma (forma como são chamadas as avós nas áreas de colonização no sul do Brasil) faziam. Algumas delas eu fazia na horta aqui de casa e não sabia que era agroecologia. Por exemplo, eu misturava plantas diferentes no mesmo canteiro, plantava flores e chás (que serviam também pra gente tomar) em torno da horta pra combater as pragas, não repetia as plantas nos mesmos canteiros, usava esterco e palhada pra adubar o solo. Minha oma me ensinou como selecionar as melhores sementes para guardar pro próximo ano. Eu também aprendi com elas a fazer a geleias e as conservas que hoje geram a maior parte de nossa renda. Teve uma época que eu tinha as geleias que eu fazia em casa, mas quando chegava uma visita eu oferecia aquelas feitas na indústria, por que tinha vergonha de oferecer algo feito por mim. Hoje eu tenho orgulho de dizer que eu quem faço elas e os clientes elogiam muito (Maria, 62 anos).

O relato de Maria apresenta similitude às constatações realizadas por Nascimento (2010) que afiança que conhecimentos e saberes dos/as agricultores/as sobre a natureza, biodiversidade e a terra são possíveis através de leituras e observações precisas do meio em que vivem, são por meio das experiências, erros e acertos, que os camponeses descobrem os meios para superar ou conviver com os limites naturais como: os períodos de estiagens, baixa fertilidade do solo e ataque de pragas. Assim, pode-se dizer que os/as agricultores/as mantêm um leque de conhecimentos e saberes tradicionais dos seus ancestrais, em especial as mulheres que são detentoras de muitos conhecimentos da diversidade de alimentos, biodiversidade natural, remédios naturais, plantas curativas, chás e ervas e técnicas de cultivo. Na mesma perspectiva, Shiva (1998) destaca a participação das mulheres como guardiãs da biodiversidade na agricultura. Segundo a autora,

Ellas producen, reproducen, consumen y conservan la biodiversidad en la práctica de la agricultura. Sin embargo, al igual que todos los demás aspectos de su trabajo y su saber, la contribución de las mujeres al desarrollo y a la conservación de la biodiversidad se a presentado como un no-trabajo y un noconocimiento. Su trabajo y sus conocimientos expertos se han definido como parte de la naturaleza, a pesar de que están basados en prácticas culturales y científicas complejas. La conservación de la biodiversidad al como practican las mujeres difieri, no obstante, de la concepción patriarcal dominante (SHIVA, 1998, p. 56).

José, esposo de Maria, também destacou a importância da agroecologia no resgate de técnicas ambientalmente adequadas e do patrimônio cultural e dos seus antepassados.

Na nossa propriedade voltamos a usar muitas técnicas que nossos antepassados usavam, seja na produção, transformação ou no cuidado com a terra. Fazemos rotação de culturas, Não usamos veneno (defensivos sintéticos) Usamos produtos

alternativos pra controlar as pragas, fazemos uso do plantio direto, de adubação verde e outas coisas. Agora nossas plantas crescem mais saudáveis e o que consumimos e comercializamos tem mais qualidade. (José, 63 anos).

As constatações de José são respaldadas pelo estudo Altieri (2004) quando destaca cinco estratégias ambientalmente adequadas encontradas nas práticas dos/as agricultores/as agroecológicos. O Quadro 1 apresenta estas estratégias, que seguindo o autor, podem ser consideradas uma releitura atualizada de antigas tradições, agora adaptadas às suas necessidades.

Quadro 01 - Alternativas agroecológicas ambientalmente adequadas encontradas nas atividades dos/as agricultores/as agroecológicos.

Diversidade e continuidade espacial e temporal	- Plantio de cultivos mistos (oferta de alimentação regular e variada, uma dieta alimentar nutritiva e diversificada); - Colheitas mais extensivas e diversificadas;
Otimização do uso do espaço e recursos	- Combinação de plantas com diferentes hábitos de crescimento, copadas e estruturas de raízes, e odores e cores.
Reciclagem de nutrientes do/no solo	- Coleta de nutrientes externos (esterco, por exemplo); - Adoção de sistemas de rotação ou pousio; - Consorciamento ou intercalamento de cultivos;
Conservação da água	- Escolha por plantas adaptadas a climas específicos; - Práticas de manejo (por exemplo: o uso de vegetação morta como cobertura para o solo, evitando a evaporação ou escoamento superficial de água e manutenção de microorganismos).
Controle de sucessão e proteção de cultivos	- Desenvolvimento de estratégias ao enfrentamento a organismos, como: ervadinha, insetos e outras pragas; - Práticas culturais: uso de sementes naturais, produzidas e armazenadas na propriedade, inseticidas botânicos.

Fonte: Adaptado de Altieri (2004, p. 72).

Além de valorizar os recursos naturais de forma sustentada, a agroecologia também reforça a convivência entre membros da família ou desta com a comunidade contribuindo à união dos moradores na organização e manutenção do território, compartilhando ideias, construindo novos conhecimentos. Desta forma “o objetivo é que os/as agricultores/as se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento” (ALTIERI, 2004, p. 27), responsáveis por encontrar novos caminhos alternativos que ajudem a superar ou amenizar os impactos do modelo de desenvolvimento convencional. Neste sentido, o exposto por Paulo destaca a mudança gerada pela agroecologia na convivência de sua família e nas relações sociais estabelecidas por meio da associação. Ademais, destaca a forma como passaram a aproveitar os recursos disponíveis no território de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento territorial rural. A saber:

Nossa vida era muito corrida quando a gente praticava agricultura convencional. A gente estava sempre sob pressão, tinha que produzir bastante, para poder ter algum lucro. Com isso o investimento também tinha que ser alto. Isso nos obrigava a pegar dinheiro no banco ou comprar nas agropecuárias os adubos e os venenos pra safra. E quando não conseguíamos produzir ou vender a gente não conseguia pagar as contas. Hoje vivemos bem melhor. Nossas despesas são pequenas, por que não precisamos investir muito pra produzir. Aproveitamos o que a natureza nos oferece, o que temos na propriedade. Para aumentar a fertilidade do solo usamos o esterco gerado na propriedade e adotamos técnicas de fertilização natural. As frutas que antes estragavam hoje transformamos em geleias e compotas e representam boa parte de nossa renda. Reflorestamos as nascentes e áreas de encostas e hoje já podemos usar a lenha. Na plantação não deixamos só as plantas que queremos colher, assim, as ervas ajudam a proteger o solo e mantém ele mais úmido. Para as pragas que atacam as plantas usamos repelentes naturais a base de plantas da propriedade. É muito comum também a troca de experiências entre os membros da associação e com outras associações, o que é bom pra todo mundo (Paulo, 57 anos).

O exposto por Paulo expressa a relação entre as ações desenvolvidas na APASF e o quarto pilar da Estratégia de Investigação e Inovação Para Uma Espacialização Inteligente que visa valorizar os recursos endógenos diferenciados, à medida que

[...] busca a resposta a questões a provar cientificamente, até ao desenvolvimento experimental, para a resolução de problemas concretos através da aplicação do conhecimento já existente. Ao centrar-se sobre as atividades, organiza-se a exploração de novos domínios e a aplicação de novas tecnologias com aplicação a múltiplos sectores da atividade económica (PORTUGAL, 2014, p. 5).

Considerações Finais

Neste estudo, objetivou-se analisar nas trajetórias das famílias agricultoras da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF) do município de Atalanta (SC), Brasil, como que por meio da agroecologia houve geração de renda, espacialização inteligente, sustentabilidade socioeconômica e ambiental, controle do processo de produção e o desejo de permanecer no campo.

Percebeu-se que para estes/as agricultores/as familiares, a agroecologia tem se mostrado uma alternativa viável e promissora de renda, a medida que tem possibilitado agregação de valor à produção, geração de excedente, maior autonomia produtiva para estas famílias por produzirem e comercializarem de forma direta seus produtos, controlando assim, todo o processo de produção. Com a agroecologia, comercializam tudo o que produzem evitando desperdícios e prejuízo. Ademais, como os custos de produção são relativamente baixos, não necessitam contrair empréstimos bancários nem pagar juros por eles.

Evidenciou-se que por meio da agroecologia estas famílias mantiveram relações produtivas no campo. Comprovou-se que em virtude dos problemas enfrentados no sistema convencional de cultivo, havia o desejo de abandonar o meio rural e a tendência de não considerar o campo como um lugar de oportunidades. No entanto, a adoção da agroecologia possibilitou a estas famílias manter as atividades agrícolas com qualidade de produção e de consumo. Reorganizaram a propriedade reflorestando nascentes, aproveitando a água da chuva construía galpões, reformas das residências e aquisição de móveis e eletrodomésticos.

Revelou-se que a adoção da agroecologia possibilitou a estas famílias resgatar o patrimônio cultural de seus antepassados e trazer a realidade e reatualizar conhecimentos e técnicas ambientalmente adequadas de produção e de transformação da mesma, que haviam sido deixadas de lado, por serem consideradas ultrapassadas. Para elas houve uma reversão de valores que tornou significativo seu trabalho e melhorou sua autoestima. Neste sentido, houve a compreensão e valorização do sentimento de pertencimento a localidade, enquanto uma concepção do meio rural onde estas pessoas trabalham, vivem, produzem e se reproduzem como atores sociais. É aí que se percebe a imagem diferenciada destes/as agricultores/as familiares no que tange aos recursos naturais, patrimônio cultural, ao pertencimento da comunidade e sociedade local.

Por fim a experiência desenvolvida na APASF revelou-se como promotora de desenvolvimento territorial sustentável e espacialização inteligente, por produzir com estratégias de subsistência ecologicamente fundamentadas; por aumentar a produtividade da terra e combater a perda de nutrientes e água por meio de técnicas tradicionais; por aumentar o valor agregado do que é produzido dentro das pequenas propriedades, particularmente na área de processamento de alimento; por otimizar o uso de recursos disponíveis no próprio local (endógeno) combinando os diferentes componentes do sistema agrícola, isto é, plantas, animais, solo, água, clima e população, de modo que estes complementem uns aos outros e que tenham o maior sinergismo possível.

Certamente muitos são os desafios a serem rompidos por estas famílias, mas é inegável a sua ascensão como protagonistas de uma nova forma de fazer, organizar e viver a agricultura familiar, à medida que elas promoveram valorização do patrimônio cultural, autonomia econômica, política e social. Por fim, as ações desenvolvidas na APASF demonstram importantes avanços construídos na busca da promoção de um desenvolvimento territorial mais equilibrado e sustentável.

Notas

1 Para adensar as discussões, entre os clássicos que discutiram o conceito de camponês destaca-se: Tepichet (1973) Chayanov (1974), Mendras (1978), (Shanin, 1980). Para discussões mais contemporâneas no Brasil, Abramovay (1998). Graziano da Silva (1981), Wanderley (2001), entre outros.

2 Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/1184712943.pdf5>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

3 “[...] vasto movimento de ampliação de alguns elementos da segunda revolução agrícola (seleção, fertilização mineral, tratamentos, cultura uniforme de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, controle estrito do uso de recursos hídricos) aplicados, sobretudo a três culturas importantes (arroz, milho e soja) largamente cultivadas em países em desenvolvimento” (Mazoyer & Roudart, 1997: 454-455).

4 A Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (EI&I) é parte integrante da Estratégia multinível de Portugal. A Estratégia de Investigação e Inovação de Portugal contempla, para além da nacional, as sete estratégias regionais e as componentes de alinhamento inter-estratégias aos níveis temático e de articulação de políticas (policy-mix) e contém um espaço de governação comum. A visão para 2020 é a que ‘Portugal deve consolidar ou fazer emergir a sua liderança na economia verde, na economia digital, e na economia azul através da utilização e desenvolvimento das vantagens adquiridas em tecnologias de informação e de comunicação e em novos materiais, e da exploração sustentável dos recursos endógenos nomeadamente do Mar, Florestais, Minerais. Ênfase será dada aos grandes desafios socioambientais como as alterações climáticas, para mitigação dos riscos, a biodiversidade, a água, e o envelhecimento’ A visão assenta em quatro pilares fundamentais: Economia digital, Portugal país de ciência e de criatividade, intensificar a capacidade tecnológica da Indústria, valorizar os recursos endógenos diferenciadores.

5 Rede composta de agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia. O funcionamento da rede é descentralizado e está baseado na criação de núcleos regionais. O núcleo reúne membros de uma região com características semelhantes que facilita troca de informações e certificação participativa. A certificação é dada por um Conselho de Ética Regional formado por duas pessoas nomeadas pelos grupos, que realizam visitas anuais para verificar a qualidade do produto orgânico produzido.

6 Os nomes utilizados na transcrição das entrevistas são fictícios, como forma de manter o anonimato dos/as entrevistados/as.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e Agricultura familiar**: desafios dos novos padrões. Brasília: Unesco, 1998.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

_____. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

BASQUEROTE SILVA, Adilson Tadeu. A Participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo de caso. In: Fazendo Gênero 10 - Desafios atuais do feminismo, 2013, Florianópolis, **Anais ...**, Florianópolis: UFSC, 2013.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.

- BRUMER, Anita. *et al.* Juventude rural e a divisão do trabalho na unidade familiar. In: Congresso Internacional Rural Sociologia Association (IRSA) 10, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, IRSA, 2000.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agriculturas de base ecológica. In: _____. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. p. 7-11.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.
- COSTABEBER, José Antonio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (org.) *et.al.* **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no mercosul**. Santa Maria: UFSM, 2003. p.157-194.
- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- DAVIS, Kingsley *et al.* **A urbanização da Humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca. “Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modelo Slot”. In: _____. (org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot**. Milano: Angeli, 2005. p. 15-38.
- FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- GUANZIROLI, Carlos Henrique; CARDIM, Silvia. Elizabeth de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.
- GLIESSMANN, Stephan. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- KRAEMER, Osvaldo. **Atalanta, Nossa História**. [s.l.], 2000.

LAMARCHE, Huges (Coord.). **A agricultura familiar**: Comparação internacional – Do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo, Brasiliense, 1993.

LEFF, Enrique. Cultura ecológica e racionalidade ambiental. In: Ecologia, Capital e Cultura - Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável. Blumenau, EDIFURB, 2000.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar e a construção de mercados locais para produtos da agricultura familiar. **Boletim Informativo**. Dom Pedro de Alcântara (RS), v. 1, out/2008.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histoire des agricultures du monde, Du néolithique à la crise contemporaine**. Paris: Seuil, 1997.

NASCIMENTO, Juliano Moreira do. **Os Bancos de Sementes Comunitários na Construção dos Territórios de Esperança**: o Caso do Assentamento Três Irmãos/PB. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, 2011.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, Campinas, SP: Pontes, 2003.

PORTO, Maria S. Grossi; SIQUEIRA, Deis E. A Pequena Produção do Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, n. 6, Porto Alegre: PPGS, UFRGS, p. 76-88, 1994.

PORTUGUAL. ENEI – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020. 2014.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo; MIELGO, Antônio, Alonso. Entre la agroecología, como movimiento social, y la agricultura orgánica como negocio: el caso de las asociaciones Andaluzas de productores-consumidores. Sevilla: Dirección General de Investigación Agrária, 2005.

SHANIN, Teodor. A definição do Camponês: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, 1980.

SHIVA, Vandana. El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade. In: MIES, M.; SHIVA, V. (org). **La praxis del ecofeminismo**. Barcelona: Icaria, 1998.

SCHNEIDER, Sergio. A importância das políticas públicas para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, n. 3, 2007.

_____. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, set./dez, p. 106-132, 1994.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UFRGS, 2008.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture: le paysan polonaise**, Paris, Armand Colin, 1973

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, 2007.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.

_____. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista Alasru**, n. 5, p. 17-45, 2011.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookmann, 2001.